



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 4 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-906-6

DOI 10.22533/at.ed.066211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
#EXPOSED: COMO A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA PODE AJUDAR A COMBATER O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS	
Ortiz Coelho da Silva	
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva	
Francisca Mariana Melo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0662119031	
CAPÍTULO 2	17
A COMISSÃO ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945)	
Francilene Teles da Silva Sousa	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.0662119032	
CAPÍTULO 3	31
EDUCAÇÃO INFANTIL E FEMINISMO: UM ESTUDO DE CASO	
Paola Camila Branco Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.0662119033	
CAPÍTULO 4	37
AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM RETRATOS FOTOGRÁFICOS DO ESTÚDIO REUTLINGER NOS TEMPOS DA BELLE ÉPOQUE (1900-1915)	
Marco Antonio Stancik	
Ana Regina Praxedes Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.0662119034	
CAPÍTULO 5	45
A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII	
Alex Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0662119035	
CAPÍTULO 6	54
A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII	
Jaqueline Ferreira da Mota	
DOI 10.22533/at.ed.0662119036	
CAPÍTULO 7	79
MULHERES SEM TERRA INSUBMISSAS: REFLEXÕES SOBRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS RURAIS EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.0662119037	

CAPÍTULO 8.....	94
TERRA OU MORTE: AS DENÚNCIAS DAS FEDERAÇÕES CAMPONESAS E YANACONAS CONTRA AS FAZENDAS E O GOVERNO PERUANO, EXPOSTAS NO JORNAL UNIDAD (1960-1963)	
Marcos Marcial Matos Malpartida	
DOI 10.22533/at.ed.0662119038	
CAPÍTULO 9.....	107
A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS	
István van Deursen Varga	
Raimundo Luís Silva Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0662119039	
CAPÍTULO 10.....	120
A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990	
Maria do Carmo Gregório	
DOI 10.22533/at.ed.06621190310	
CAPÍTULO 11.....	132
ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL	
Juliana Mary Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.06621190311	
CAPÍTULO 12.....	144
MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO: A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO, A REVERBERAÇÃO DA CRISE DO CATOLICISMO E A BUSCA MISSIONÁRIA CATÓLICA POR NOVOS FIÉIS (1950-2000)	
Derllânio Telecio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06621190312	
CAPÍTULO 13.....	154
A ARTE DE CURAR (PRÁTICAS DE CURA) E SUA “CRIMINALIZAÇÃO” EM IRATI E MALLETT- PR - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Henrique Alexandro Senderski	
DOI 10.22533/at.ed.06621190313	
CAPÍTULO 14.....	163
“O QUE EU ME LEMBRO, EM PRIMEIRO LUGAR, EU NÃO SEI O PORQUÊ... OS AFOXÉS!”	
Alberto Bomfim da Silva	
Edson Farias	
DOI 10.22533/at.ed.06621190314	

CAPÍTULO 15	177
PROJETO DE EDIÇÃO DE LIVRO: MORRO DO PARAMIRIM, A VILA DE BREJEIROS E BARRANQUEIROS	
<i>Maria de Fátima Magalhães Mariani</i>	
<i>Leandro Magalhães Mariani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190315	
CAPÍTULO 16	189
MEMÓRIAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1808-1840)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190316	
CAPÍTULO 17	204
NAS TRILHAS DA MEMÓRIA: LEMBRANÇAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA	
<i>Josi de Sousa Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190317	
CAPÍTULO 18	219
VISÕES DE UMA PEREGRINA: OS CAMINHOS ENTRE SAGRADO E PROFANO NA PEREGRINAÇÃO À CIDADE DE DIVINA PASTORA	
<i>Alice Batista Guimarães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190318	
CAPÍTULO 19	231
ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)	
<i>Manoel Nunes Cavalcanti Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190319	
CAPÍTULO 20	243
LUIZ AUGUSTO MAY NA CAPITANIA DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO: ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DO DA REGIÃO (1813)	
<i>Myriam Paula Barbosa Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190320	
CAPÍTULO 21	255
KARL POPPER E A CIÊNCIA HISTÓRICA	
<i>Rafael Cavalheri Peres</i>	
<i>Diego Rodstein Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190321	
CAPÍTULO 22	263
VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
<i>Juliano Cabral Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190322	

CAPÍTULO 23	275
O JORNAL <i>A LUTA</i> E O ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE 1964 Caio Vinícius Silva Teixeira Claudia Cristina da Silva Fontineles DOI 10.22533/at.ed.06621190323	
CAPÍTULO 24	288
ESQUERDA POSITIVA OU ESQUERDA NEGATIVA? LEONEL BRIZOLA E SAN TIAGO DANTAS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) Marcelo Marcon DOI 10.22533/at.ed.06621190324	
SOBRE A ORGANIZADORA	298
ÍNDICE REMISSIVO	299

ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Juliana Mary Lourenço

Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo – SP
<https://orcid.org/0000-0003-2148-6591>

RESUMO: Se, num primeiro momento, o termo santidade foi usado pelos colonizadores portugueses para se referir à religiosidade dos povos nativos americanos, ao longo do século XVI essa palavra passou também a designar as revoltas indígenas que emergiram contra o governo colonial, as quais continham elementos “milenaristas” e do próprio universo religioso desses povos. Considerando o duplo significado assumido pelo termo santidade, buscou-se, a partir de uma análise comparativa, elementos em comum que teriam levado a que a religiosidade nativa e os movimentos insurgentes recebessem uma mesma denominação. Como estes foram um fenômeno amplo, observado em toda a América portuguesa, tomou-se como referência a Santidade de Jaguaribe, pelo seu alcance e vasta documentação. Além disso, ao longo do artigo, pretende-se ressaltar a complexidade dos movimentos da santidade, com base na conciliação entre abordagens histórica e antropológica, defendendo-se que eles foram instrumentos mobilizados pelas populações nativas e baseados em seu universo cultural,

para interpretar a realidade colonial e agir sobre ela. Ao final do texto, apresentam-se duas hipóteses levantadas para a questão problema apresentada acima baseadas na variedade de elementos comuns à religiosidade nativa e aos movimentos insurgentes estudados, bem como no obstáculo que ambos apresentaram ao projeto colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Santidades indígenas, Religiosidade indígena, Revoltas indígenas, Santidade de Jaguaribe, Brasil colonial.

BETWEEN RELIGIOSITY AND INSURGENCE: THE INDIAN SANCTITIES IN COLONIAL BRAZIL

ABSTRACT: Wether, at first, the term sanctity was used by Portuguese colonizers to refer to the religiosity of native american peoples, throughout the 16th century that word also came to designate the indigenous revolts that emerged against the colonial government, which contained millenarianists elements and from the religious universe of these peoples. Considering the double meaning assumed by the term sanctity, through a comparative analysis, it was sought to elements in common that could have led native religiosity and insurgent movements to receive the same denomination. As the sanctity movements were a wide phenomenon, observed throughout Portuguese America, the Sanctity of Jaguaribe was taken as a reference, due to its reach and vast documentation. Besides, throughout the article, it is intended to emphasize the complexity of the movements of sanctity, based on the conciliation between historical and anthropological approaches, arguing that they

were instruments mobilized by native populations and based on their cultural universe, to interpret the the colonial reality and act on it. At the end of the text, two hypotheses are raised for the question presented above fundamented on the variety of elements common to native religiosity and the insurgent movements studied, as well as the obstacle that both represented to the colonial project.

KEYWORDS: Indian sanctities, Indigenous religiosity, Indigenous revolts, Sanctity of Jaguaribe, Colonial Brazil.

1 | SANTIDADE COMO RELIGIOSIDADE

O termo santidade aparece pela primeira vez nas fontes quinhentistas em 1549 na carta de Manoel da Nóbrega intitulada *Informação das Terras do Brasil* (VAINFAS, 1995, p. 52). Empregada no sentido de descrever as crenças e atividades religiosas dos Tupinambá, a palavra assume uma conotação negativa, que associa as práticas nativas à ilusão, ao engano e, inclusive, ao próprio Demônio. Afirma o missionário:

De certos em certos annos vêm uns feiticeiros de mui longes terras, fingindo trazer santidade e ao tempo de sua vinda lhes mandam limpar os caminhos e vão recebê-los com dansas e festas, segundo seu costume; [...]. Acabando de fallar o feiticeiro, começam a tremer, principalmente as mulheres, com grandes tremores em seu corpo, que parecem demoninhadas (como de certo o são), deitando-se em terra, e escumando pelas bocas, e nisto lhes persuade o feiticeiro que então lhes entra a santidade [...]. (NÓBREGA, 1988, p. 99-100)

Como destaca Vainfas (1995), nessa carta, santidade faz referência a certas características distintas inseridas no campo da religião tupi-guarani como, por exemplo, o dom do feiticeiro e sua adoração por parte dos nativos; o endemoninhamento, que parte do feiticeiro e é transferido para o restante da tribo; a natureza errônea, falsa, enganadora e demoníaca das pregações realizadas por essas figuras tão peculiares que eram recebidas com festas nas aldeias pelas quais passavam. A *Informação* de Nóbrega é particularmente valiosa como fonte de conhecimento acerca da religiosidade tupinambá, pois revela um elemento central e exclusivo do universo religioso das populações que ocupavam o litoral brasileiro à época da chegada dos portugueses: o profetismo tupi.

Protagonizado pelos caraíbas, homens que não pertenciam a uma aldeia específica, mas antes vagavam livremente entre os diversos agrupamentos, os “feiticeiros” das fontes quinhentistas, o profetismo tupi foi um fenômeno observado e documentado por diversos missionários e viajantes que passaram pela América portuguesa na segunda metade do século XVI. De acordo com Pierre Clastres (1982), esse movimento ter-se-ia originado entre os Tupi-Guarani em meados do século XV, quando os caraíbas, filhos de divindades com humanos, perceberam que, por uma série de mudanças na sociedade tupi, esta se via ameaçada pela emergência de um poder político separado da comunidade, isto é, pelo surgimento do Estado. Providos unicamente do poder da palavra, os caraíbas, em seus discursos denunciavam os perigos que assolavam a sociedade por meio da condenação e

do abandono da terra má, *ywy mba ´emegua*, na qual se vivia, em busca da Terra sem Mal, *ywy mara eỹ*, morada dos deuses e onde “nunca lhes faltará de comer, e que por si virá á caça, e que as enxadas irão cavar e as frechas irão ao matto por caça ao seu senhor” (NÓBREGA, 1988, p. 99).

A recepção festiva desses homens-deuses pelas aldeias tupis-guaranis e as oferendas feitas a eles, descritas por Nóbrega e outros jesuítas, revelam o prestígio dos quais tais indivíduos gozavam. As palavras proféticas dos caraíbas, ditas em ocasiões específicas e especiais, que se diferenciavam das demais festas e rituais empreendidos por esses povos (VAINFAS, 1995, p. 60), eram ouvidas pelos indígenas e convenciam muitos da necessidade de deixar *ywy mba ´emegua* em direção à Terra sem Mal. Daí se originam as migrações de povos nativos, na maioria dos casos orientadas para o litoral, as quais, lideradas pelos próprios caraíbas, promoviam uma dissolução do poder político que alguns guerreiros começavam a concentrar (Idem, p. 43). Assim, na visão de Clastres (1990), o profetismo tupi seria um mecanismo mobilizado pela sociedade na luta pela permanência da sua natureza indivisa e igualitária, ou seja, na sua “luta contra o Estado” (CLASTRES, 1990, p. 152).

Em relação às cerimônias que se seguiam à chegada do caraíba, foi Jean de Léry quem melhor as descreveu. No décimo sexto capítulo de *Viagem à terra do Brasil*, ele relata que somado aos habitantes da aldeia em que os “falsos profetas” encontravam-se, havia outros indígenas pertencentes às tribos próximas, resultando num total de 500 a 600 indivíduos reunidos. Por aproximadamente duas horas ininterruptas, cantaram e dançaram em roda, enquanto os caraíbas, “ricamente adornados de plumas cocares máscaras e braceletes de diversas cores, cada qual com uma maracá na mão” (LÉRY, 1980, p. 212-214), permaneciam no centro e fumavam *petum*, a erva sagrada. Em seus cantos, relembavam o passado da criação tupi, celebravam os antepassados mortos e anteviam sua vitória sobre os inimigos. Vitórias essas também previstas pelos próprios caraíbas nas vésperas da guerra entre aldeias. Como observam Hans Staden e outros autores, antes do conflito, os Tupinambá “consultam os pagés¹, os adivinhos, se de fato vencerão” (STADEN, 1988, p. 176). A grandeza da cerimônia reflete, desse modo, a importância dos “profetas tupis” dentro do universo religioso autóctone.

O relato de Léry revela alguns elementos fundamentais da religiosidade tupi que também se inserem nos rituais mais frequentes, isto é, não são exclusivos das festividades específicas realizadas com a presença do caraíba. A começar pelo maracá, mencionado nas diversas fontes quinhentistas como uma cabaça moldada em forma circular, semelhante a uma cabeça humana. Pedro Correa (1551), por exemplo, afirma que o objeto possui detalhes que o aproxima ainda mais ao rosto de um indivíduo, como cabelo, olhos, nariz e boca. Em *Duas viagens ao Brasil*, Hans Staden descreve os maracás como os próprios deuses nos quais os nativos acreditariam, também usados durante as danças e os cantos

1. Em *Duas viagens ao Brasil*, Hans Staden emprega o termo “pagé” como sinônimo de caraíba (LÉRY, 1980, p. 209).

como uma espécie chocalho. O viajante alemão ainda completa o relato destacando que essas cabaças ganhariam voz por meio dos caraíbas, fato que já havia sido notado por Nóbrega:

Em chegando o feiticeiro com muita festa ao logar, entra em uma casa escura e põe uma cabaça, que traz em figura humana, em parte mais conveniente para seus enganos e mudando sua própria voz em a de menino junto da cabaça, lhes diz [...], de maneira que crêm haver dentro da cabaça alguma coisa santa e divina, que lhes diz aquellas cousas, as quais crêm. (NÓBREGA, 1988, p. 99)

Nota-se que nesta parte da *Informação da Terra do Brasil* o jesuíta emprega o termo santidade justamente no sentido de “espírito (santo e divino) que a cabaça mágica abriga, o qual se transfere ao próprio ‘feiticeiro’” (VAINFAS, 1995, p. 54), como observa Vainfas.

Outro elemento da religiosidade tupi mencionado por Léry é o *petum*, ou seja, o tabaco, que aparece com frequência nas descrições dos rituais nativos feitas pelos jesuítas e pelos viajantes. Sua importância dava-se pelo fato de ser o possibilitador da comunicação entre o caraíba e o maracá. Em outras palavras, era por meio do *petum* que o caraíba se comunicava com os deuses. Além disso, os relatos também mostram que, durante os ritos, os caraíbas defumavam *petum* nos demais indivíduos, o que fazia da erva a responsável pela transferência do dom, da santidade, do caraíba para os demais (Idem, p. 55). Como o *petum*, o *cauim* também é frequentemente mencionado pelos observadores europeus. Bebida alcoólica tradicional indígena que possuía uma dimensão sagrada, o *cauim*, ainda que consumido por praticamente todos os indivíduos nas celebrações, também era oferecido ao caraíba após sua chegada à aldeia, bem como aparece em grande quantidade nas cerimônias especiais nas quais esses profetas participavam (Idem, p. 60).

Os elementos da dimensão religiosa tupi aqui mencionados foram interpretados pelos observadores estrangeiros como comprovações da natureza demoníaca da cultura e da própria religiosidade dos povos do Novo Mundo. Paulatinamente, criou-se a imagem da América como o próprio inferno e, conseqüentemente, de seus habitantes como seres governados pelo Demônio (CRESSONI, 2014, p. 579). Tudo relacionado ao universo tupinambá foi demonizado: seus costumes, ritos, forma de ser e os próprios indivíduos. Os nativos americanos foram retratados como cheios de vícios, dentre os quais a cauinagem foi um dos mais abominados (Idem, p. 590). Para os europeus, os habitantes do Novo Mundo eram inclinados à bebida e ao alcoolismo, o que fazia deles seres irresponsáveis (Idem, p. 593). Os caraíbas assumiram a figura de verdadeiros “agentes do diabo”, responsáveis por pregar falsidades e por ludibriar os demais. A religião tupi era abominada, pois não era verdadeira, mas uma enganação, uma ilusão.

Assim, o viés negativo do termo santidade, quando usado para se referir aos caraíbas, aos elementos da religião tupi e à própria religiosidade nativa como um todo, mostra-se como natural dentro da lógica eurocêntrica e colonizadora. Se o universo

religioso tupinambá e seus componentes eram entendidos como demoníacos, falsos e uma enganação, o termo utilizado para descrevê-los só poderia expressar essa mesma concepção. Assim, a santidade indígena como religiosidade era antes de tudo uma ilusão, uma idolatria e uma obra do próprio Diabo.

Não por acaso, foram os caraíbas que se mostraram um dos principais empecilhos para a implementação do projeto colonizador na América portuguesa. Cumprindo sua função de guardiões das tradições, os profetas tupis mantiveram vivas as crenças dos povos nativos e representaram um obstáculo à catequização. Essas figuras lideraram verdadeiros movimentos insurgentes, que reafirmavam a cultura tupi frente à cristianização e à colonização. Tais sublevações aliavam um discurso, também posto em prática, de violência contra os portugueses e seu projeto colonial a elementos milenaristas e que retomavam as tradições religiosas tupi-guarani. O *petum*, o *cauim*, as danças, os cantos, o discurso profético de uma Terra sem Mal e, como mencionado, os próprios caraíbas apareceram nesses movimentos, que, por sua vez, também passaram a ser denominados santidade. Assim, foram os elementos do universo religioso tupinambá que serviram de base para as rebeliões indígenas na América portuguesa. A santidade como movimento, portanto, tem sua origem na santidade como religiosidade.

2 | SANTIDADE COMO MOVIMENTO: O CASO DE JAGUARIBE²

Se, por um lado, a santidade como movimento tem suas bases na santidade como religiosidade, por outro, ela também foi influenciada³ pela colonização portuguesa e seus impactos, dentre os quais destacam-se a escravização dos nativos, a atividade missionária e a elevada taxa de mortalidade provocada pelas epidemias trazidas pelos estrangeiros. Assim, o litoral brasileiro, região em que a colonização se concentrou nos primeiros séculos, passou a significar sinônimo de morte para os indígenas, seja em seu sentido literal, por meio da escravização e das epidemias, seja em seu sentido figurado, representado pela supressão da cultura nativa em prol da imposição da cultura europeia.

Essa situação caótica criada pela colonização portuguesa na costa americana, por sua vez, abriu espaço para a emergência de manifestações milenaristas (VAINFAS, 1995, p. 34-35). Ao tradicional discurso da Terra sem Mal, os caraíbas acrescentaram a chegada de um novo tempo. As mortes e o caos instaurados anunciavam o surgimento de uma nova época, de vitórias e prosperidade: a Terra sem Mal encontrava-se próxima. Para os caraíbas e seus seguidores, a destruição significava uma renovação, ou melhor, o retorno para os primórdios da sociedade tupinambá, ou seja, para os tempos dos heróis tupi (idem, p. 35).

2. Todas as informações sobre a Santidade de Jaguaribe e sobre os envolvidos na história do movimento contidas nesse tópico foram retiradas do livro de Ronaldo Vainfas *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

3. Ao contrário do que uma perspectiva exclusivamente histórica pode sugerir, a santidade como movimento não foi fruto da colonização portuguesa, mas influenciada por ela. Como ressalta Sztutman (2006), o processo de colonização não teria criado, e sim acelerado esses movimentos, que, por sua vez, inserem-se na interpretação xamânica da realidade.

Em muitos casos, esses milenarismos assumiram uma dimensão de resistência, tanto prática quanto cultural. Afinal, para que a passagem para os novos tempos se consolidasse, os nativos deveriam agir e, mais especificamente, lutar contra seus inimigos mais evidentes: os portugueses. Assim, pregando um discurso que aliava violência contra os colonizadores, elementos tradicionais da religiosidade nativa, milenaristas e cristãos, os caraíbas lideraram movimentos que desafiaram o projeto colonial que Portugal havia planejado para seu território na América. Tais sublevações reafirmavam a cultura ameríndia por meio da retomada de elementos da religiosidade nativa que a catequese e os jesuítas tentavam apagar, ainda que também incorporassem símbolos e elementos cristãos, bem como impunham obstáculos à economia colonial açucareira, ao invadirem e destruírem engenhos. Contudo, é necessário evitar a redução do fenômeno da santidade a uma reação à colonização e a desconsideração da dinâmica interna de tais movimentos. Isto é, como eles se inserem na interpretação tupinambá e no modo desses povos em lidar, com base em seu universo cultural, com a nova realidade que lhes foi imposta.

Os observadores europeus do período chamaram esses movimentos insurgentes de santidade, do mesmo modo que o fizeram em relação à religiosidade tupi. Em uma carta escrita em 1559, destinada a Miguel de Torres, Nóbrega comenta que

Em um engenho se levantou uma sanctidade por um escravo que desinquietou toda a terra. [...] Aconteceo que vindo um indio de outra aldeia a pregar a sanctidade que andava, hum o recolheu e lhe ajuntou gente para ouvir. E a sanctidade, que pregava, era que aquelle sancto fizera baylar o Engenho e ao senhor com elle [...] e que avia de destruir a nossa Igreja, e os nossos casamentos não prestavão, que o seu sancto dizia que tivessem muytas molheres, e outras cousas desta qualidade. (MONUMENTA, III, p. 53)

Neste trecho, é possível perceber o quanto a ideia de santidade era vista como um obstáculo à colonização, em especial quando o inaciano descreve o discurso do índio, o qual atacava a religião cristã e reafirmava as tradições nativas ao defender a destruição das igrejas católicas, bem como ao reiterar a superioridade da poligamia frente à monogamia. Contudo, também é necessário analisar o contexto de produção do documento, bem como os interesses de seu autor e não fazer uma interpretação literal das palavras de Nóbrega. O jesuíta poderia distorcer os fatos e supervalorizar os impactos do movimento como forma de justificar a repressão contra os nativos e até mesmo de mostrar seu comprometimento com a atividade missionária, criando uma imagem favorável de si mesmo.

Essas santidades lideradas pelos caraíbas e que assumiram a feição de movimentos de resistência à colonização foram observadas ao longo de todo o território brasileiro. Dentre elas, a que mais se destaca, tanto por conta da melhor documentação como das grandes dimensões alcançadas, é a Santidade de Jaguaribe.

De origem incerta, é provável que a Santidade de Jaguaribe tenha surgido no sertão baiano de Palmeiras Compridas, entre 1580 e 1585. Seu fundador foi Antônio, um

índio que escapara da missão jesuítica de Tinaré, na capitania de Ilhéus, que se dizia Tamandaré, o grande herói ancestral tupinambá e o Papa da Santidade, expressando o sincretismo característico desses movimentos. Com o discurso típico dos caraíbas, Antônio reuniu centenas de nativos, majoritariamente tupinambás, mas também de outras tribos, tanto fugidos dos aldeamentos jesuíticos, como dos engenhos ou até mesmo aqueles que ainda não haviam sido diretamente incorporados pelo sistema colonial. A Santidade, portanto, era um “refúgio para índios escravizados ou aldeados de várias partes da Bahia” (VAINFAS, 1995, p. 78), no qual as populações locais fugiam das mazelas da colonização e reafirmavam sua cultura por meio dos ritos, das danças, das canções e das cerimônias tradicionais.

No entanto, o discurso de Antônio não se limitava à exaltação dos costumes nativos, mas incentivava revoltas e fugas, amedrontando os senhores e jesuítas da Bahia, que viam seus projetos colocados em xeque. Os relatos do Governador-geral Teles Barreto, por exemplo, atestam os impactos causados pelos seguidores de Antônio, que “havia incendiado a fazenda do conde de Linhares, matando os colonos, a fazenda de Garcia d’Ávila, grande potentado da capitania, e o aldeamento jesuítico de Santo Antônio” (VAINFAS, 1995, p. 78). Enfim, os perigos representados pela Santidade não eram poucos e o movimento transformara-se numa ameaça à ordem colonial na capitania.

Por isso, organizou-se uma expedição oficial do governo em direção a Palmeiras Compridas com o objetivo de destruir o núcleo principal da Santidade. No entanto, paralelamente, foi enviada uma expedição particular ordenada por Fernão Cabral de Ataíde, senhor de Jaguaribe e um dos maiores proprietários da Bahia, que visava o deslocamento da Santidade para seu engenho⁴. No embate entre as duas expedições, a vitoriosa foi a particular, que conseguiu convencer parte considerável do grupo, com exceção do próprio Antônio, a se mudar para o engenho do senhor de Jaguaribe. Aí, o movimento cresceu mais ainda, com o apoio do próprio Fernão Cabral.

O movimento se expandia cada vez mais, conquistava não apenas índios, mas também negros escravizados, mamelucos e até mesmo brancos, bem como continuava a incitar revoltas e fugas pela Bahia. A Santidade se desenvolveu a tal ponto que os senhores locais e o próprio governador-geral não puderam mais tolerar a situação. Assim, em 1586, Teles Barreto ordenou a destruição do grupo, que teve seus líderes presos e instrumentos “litúrgicos” confiscados.

Com a visitação do Santo Ofício à Bahia, em 1591, Fernão Cabral foi amplamente denunciado e acabou julgado pela Inquisição portuguesa por ter cooptado o grupo herético. O comentário sobre a pena imposta ao senhor de Jaguaribe tecido por José de Anchieta em carta ao capitão Miguel de Azevedo revela os impactos causados pela Santidade. Afirma

4. Os motivos que levaram Fernão Cabral a trazer o grupo para sua propriedade são incertos. De acordo com Vainfas (1995), isso seria parte de um plano maior do senhor de engenho, que teria por objetivo submeter os integrantes da santidade ao seu domínio e transformá-los em escravos.

o jesuíta: “Saiu agora com sua sentença: foi misericordiosa, segundo todos afirmam, e ele mesmo o reconheceu, dando graças ao Inquisidor e a todos os adjuntos da mesa pela mercê que lhe faziam merecendo muito mais suas culpas, e isto de joelhos, com muita humildade” (ANCHIETA, 1933, p. 283). A ideia da potencial severidade da pena que poderia ter sido aplicada a Fernão Cabral, expressa na fala de Anchieta, sugere que o envolvimento com a Santidade era algo sério e preocupante: o potencial rigor da pena reflete a força e a repercussão do movimento herético.

A Santidade de Jaguaribe marcou o imaginário baiano de tal forma que sobreviveu até após o julgamento de Fernão Cabral pelo Santo Ofício. Documentos do século XVII como, por exemplo, as cartas enviadas pelo rei de Portugal ao Governador Gaspar de Souza, em 1613, mencionam núcleos de resistência na região de Jaguaribe formados por indígenas e negros escravizados fugidos, responsáveis por organizar invasões, revoltas e fugas. O nome dado a esses núcleos e os movimentos não poderia ser outro a não ser “santidade”.

O caso de Jaguaribe demonstra como a santidade como religiosidade indígena e a santidade como movimento estão fortemente relacionadas, afinal muitos dos elementos do universo religioso tupi foram mobilizados pelos integrantes do movimento. A começar pelo próprio Antônio, um caraíba que em seu discurso relembra a necessidade do alcance da Terra sem Mal. Além disso, o *petum* também era largamente utilizado nas cerimônias da Santidade como o tradicional meio de comunicação com as divindades. Era por meio dele que Antônio encarnava o herói Tamandaré e transmitia sua mensagem aos seguidores, do mesmo modo que os caraíbas o faziam. Ademais, a fórmula do discurso era a mesma; apenas o conteúdo se adaptara aos impactos coloniais: a mensagem observada por Léry de vitória sobre os inimigos se manteve; a diferença era que, agora, os inimigos não eram mais outras tribos e sim os portugueses.

Além do profetismo tupi, a Santidade de Jaguaribe também retomava outros elementos da religiosidade nativa, como o *cauim*, os cantos e as danças tradicionais. De acordo com o relato de Tomacaúna, chefe da expedição ordenada por Fernão Cabral, ao Visitador do Santo Ofício sobre o encontro com o líder Antônio, atrás do caraíba se encontravam homens, mulheres e crianças enfileirados separadamente, do mesmo modo que Léry notara em *Viagem à Terra do Brasil*, que “bailavam, portanto, e entoavam seus cânticos cerimoniais” (VAINFAS, 1995, p. 82). À recepção seguiu-se uma comemoração, na qual às danças e aos cantos adicionou-se o cauim. Por fim, vale mencionar o ídolo feito de pedra que, segundo as fontes, encontrava-se num altar ao centro da Igreja da Santidade em Jaguaribe. As semelhanças entre o ídolo, chamado Tupanasu, e o maracá não são poucas: o nariz, os olhos, a boca e os cabelos com os quais os maracás eram adornados também foram observados no ídolo de Jaguaribe.

Assim, ainda que a Santidade de Jaguaribe tenha incorporado elementos característicos do catolicismo, como por exemplo o batismo, a cruz e a hierarquia

eclesiástica, eles não anulam ou diminuem a importância que os elementos da cultura tupi ocuparam na seita. Essa ambiguidade é inerente à Santidade e se observa desde as suas origens. Como afirma Pierre Clastres (1982), na religião autóctone os deuses não são cultuados e, mais do que isso, a religião não corresponde a uma esfera social específica. Na realidade, ela permeia toda a sociedade e se encontra nas mais diversas dimensões do social. Desse modo, os deuses não possuem cultos específicos, pois, o que se cultua é a própria sociedade. Nos cantos entoados nas cerimônias, os nativos relembram as origens da sociedade e seus heróis fundadores: a própria sociedade é o objeto da veneração. Dessa maneira, se os nativos não tinham o costume de venerar especificamente os deuses, o líder da Santidade de Jaguaribe, Antônio, aprendeu com os jesuítas de Tinhaaré a fazê-lo.

Além disso, a própria incorporação de elementos cristãos pela Santidade deve ser entendida como parte da religiosidade tupinambá. Como destaca Sztutman (2006), o profetismo tupi fundamenta-se na concepção indígena de existência a partir da transformação e da superação de situações de crise por meio da ruptura. Se, para essas sociedades, a comunicação com os mundos supra e infra-humanos se dá pela apropriação dos elementos pertencentes a eles, nota-se que o hibridismo é intrínseco ao universo religioso tupinambá. Nesse sentido, a incorporação dos símbolos cristãos significa a inserção dos europeus na lógica religiosa nativa. Desse modo, mais do que reações e movimentos de resistência à colonização propostos por Vainfas, as santidades são um instrumento mobilizado pelas populações locais, baseados em seu universo cultural, de interpretação, compreensão da nova realidade colonial (SZTUTMAN, 2006, p. 493). Assim, reduzir esses movimentos a reações anti-colonialistas, é não levar em consideração sua inserção no universo tupinambá, sendo necessário, conciliar as abordagens históricas e antropológicas para se compreender mais profundamente os movimentos da santidade.

Contudo, isso não significa ocultar o caráter de resistência do movimento. As revoltas, invasões e destruições promovidas pelas santidades, em especial a de Jaguaribe, mostram como as populações nativas não estavam dispostas a aceitar as condições que lhes haviam sido impostas. Nesse sentido, a dimensão material desses movimentos, isto é, as rebeliões que incitavam e seu caráter de resistência também não devem ser colocadas em segundo plano. Porém, esta é apenas uma das características do movimento e perspectivas de análise do fenômeno. As santidades também devem ser estudadas a partir de suas dinâmicas internas. É necessário considerar sua inserção no universo religioso tupinambá e como elas também dizem respeito às demandas imateriais, religiosas, desses povos, o que só é possível por meio da conciliação entre as disciplinas histórica e antropológica.

Desse modo, ressalta-se que os indígenas não foram passivos diante da invasão portuguesa, mas resistiram aos ataques físicos e culturais que sofreram, bem como interpretaram a nova realidade com base em seu repertório cultural. A Santidade de Jaguaribe é prova disso, pois, por meio da retomada de elementos da religiosidade tupi, isto é, da própria santidade, e da incorporação de aspectos da religião cristã, as populações

nativas declararam uma verdadeira guerra contra os portugueses, incentivaram revoltas e fugas, do mesmo modo que inseriram a realidade colonial em seu universo cultural-religioso, interpretando-a e agindo sobre ela por meio da santidade.

3 I SANTIDADE: ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA

Assim, com base no que foi exposto, é possível elaborar certas hipóteses para a questão-problema na qual este artigo se fundamenta, ou seja, o que levou a que dois elementos distintos, a religiosidade nativa e os movimentos insurgentes, recebessem a mesma denominação de santidade.

A primeira dessas hipóteses diz respeito à quantidade de elementos comuns a ambos. Como comentado, os movimentos da santidade retomaram diversos elementos da religiosidade nativa. As danças e cantos tradicionais, o *cauim*, o *petum*, o caraíba e seu discurso de busca pela Terra sem Mal pertencentes ao universo religioso tupinambá e mencionados constantemente nas fontes quinhentistas, reaparecem nas sublevações citadas, o que teria tornado possível o estabelecimento de um paralelo, pelos colonizadores, entre a religiosidade nativa e os movimentos insurgentes, culminando numa mesma denominação a ambos.

A segunda hipótese levantada, relaciona-se à anterior, uma vez que se baseia no protagonismo do caraíba em ambos os casos. Essa figura central no universo religioso tupinambá também esteve presente nos movimentos da santidade e incitaram sublevações. Como apresentado, com o início da catequização dos indígenas, os caraíbas assumem o papel de guardião das tradições, impedindo a perda total dos costumes nativos e, conseqüentemente, da aculturação completa desses povos. Ora, se a “conquista das almas” era um dos fundamentos da colonização portuguesa na América, o fato de os caraíbas, ao protegerem os costumes locais, representarem um obstáculo à catequização, teria feito com que fossem vistos pelos colonizadores como um empecilho à colonização. Do mesmo modo, ao liderarem sublevações, essas figuras e os movimentos da santidade também eram interpretados como um obstáculo ao projeto colonial, uma vez que promoviam a invasão e destruição de engenhos. Assim, o protagonismo dos caraíbas no universo religioso tupinambá e nos movimentos da santidade, bem como o fato de ambos terem sido interpretados como empecilhos à colonização poderiam levar a uma mesma denominação.

Por fim, ressalta-se que as santidades indígenas observadas ao longo do período colonial brasileiro são um fenômeno complexo e que para serem analisados em sua profundidade deve-se utilizar uma abordagem que concilie as disciplinas histórica e antropológica. Pelo o que foi possível observar, a mesma denominação pelos observadores europeus da religiosidade nativa e dos movimentos insurgentes baseia-se na presença de vários elementos comuns a ambos e no fato de terem sido interpretados pelos contemporâneos como um empecilho ao projeto colonial. Estas questões não esgotam

o tema, e pelo o contrário, fomentam o estudo do fenômeno da santidade, instrumento fundamentado no universo cultural tupinambá, mobilizado pelos nativos para interpretar a e agir na nova realidade colonial que lhes foi imposta.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. Carta ao capitão Miguel de Azevedo, da Baía a 1 de dezembro de 1592. In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1933, p. 280-289. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or84081/or84081.pdf

CARTA DEL REY AO SENHOR GASPAS DE SOUZA. Carta del Rey ao senhor Gaspar de Souza em que lhe trata remede com guerras que dê aos índios gentios que estão na Sanctidade, 19 de janeiro de 1613. In: MIRANDA, Susana Münch; SALVADO, João Paulo. *Cartas para Álvaro de Souza e Gaspar de Souza (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 175-177.

CARTA DEL REY AO SENHOR GASPAS DE SOUZA. Carta del Rey ao senhor Gaspar de Souza sobre a aldea de índios de S. Antônio de Jaguaripe, 24 de abril de 1613. In: MIRANDA, Susana Münch; SALVADO, João Paulo. *Cartas para Álvaro de Souza e Gaspar de Souza (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.190-192.

CORREA, Pedro. Carta para os irmãos que estavam em África [1551]. In: *Cartas Jesuíticas*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1988, 2 v., cap. 9.

LÉRY, Jean de. Religião dos selvagens da América; Erros em que são mantidos por certos Trapaceiros chamados caraibas; Ignorância de Deus. In: *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1980, p. 205-222.

NÓBREGA, Manoel da. Carta ao padre Miguel de Torres e padres e irmãos de Portugal, Baía, 5 junho de 1559. In: *Monumenta Brasiliae III (1558-1563)*. LEITE, Serafim. Roma: Societatis Iesu, 1956, p. 49-67.

NÓBREGA, Manoel da. Informação das Terras do Brasil [1549]. In: *Cartas do Brasil 1549-1560: Manoel da Nóbrega*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1988, p. 97-102.

STADEN, Hans. Como fazem planos quando querem empreender uma expedição guerreira em território inimigo. In: *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1988, cap. 27.

STADEN, Hans. No que acreditam. In: *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1988, cap. 23.

Livros e artigos

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CRESSONI, Fábio Eduardo. Na boca do inferno: a América diabólica projetada pela Companhia de Jesus. *Diálogos*. Maringá, v. 18, n.2, p. 571-605, mai.-ago., 2014.

SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afoxés 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174

Amazônia Maranhense 107, 108

Assédio Sexual 1, 2, 3, 7, 8, 15, 16

B

Belle Époque 37, 38, 43, 44, 161

Brasil 2, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 61, 65, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 85, 89, 92, 93, 109, 114, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 163, 165, 173, 175, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 220, 221, 230, 231, 233, 255, 265, 266, 269, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

C

Camponeses 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 127

Comunidades 79, 80, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 107, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 184

Cura 145, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162

D

Decolonial 79, 80, 81, 84, 90, 91, 93

Diocese 77, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 177, 178, 180, 186

Ditadura Militar Brasileira 263, 297

E

Educação Infantil 31, 32

Ensino de História 298

Escolas 1, 3, 7, 12, 14, 15, 16, 20, 25, 81, 87, 119, 146, 147, 166, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 282

Esquerda 113, 280, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297

Estudo de Caso 1, 3, 31, 32, 35, 126

Exposed 1, 2, 3, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 94

F

Federações Camponesas 94

Feminismo 31, 32, 33, 34, 35, 36, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 44, 46, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 217, 265, 298

Geografia 76, 107, 115, 116, 118, 187, 298

H

História 1, 7, 17, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 77, 78, 79, 81, 87, 90, 91, 92, 93, 105, 107, 110, 114, 118, 119, 124, 130, 131, 132, 136, 152, 154, 155, 162, 163, 165, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 194, 203, 205, 206, 207, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 273, 274, 275, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 297, 298

I

Indígenas 55, 56, 59, 60, 68, 72, 74, 75, 76, 80, 83, 89, 90, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 139, 140, 141, 169, 170, 171, 173, 180

Insurgência 132, 141

L

Luta pela Terra 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 103, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130

M

Medicina 24, 27, 28, 55, 76, 107, 156, 157, 158, 159, 161, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Memórias 113, 131, 167, 182, 189, 206, 208, 216, 263, 266, 267, 269, 272

P

Paradigmas 263, 264

Pentecostalismo 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

Peregrina 219, 224, 227

Q

Quilombolas 80, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 125

R

Religião 48, 72, 88, 118, 120, 130, 131, 133, 135, 137, 140, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 172, 173, 175, 220, 222, 226

Religiosidade 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 167, 169, 171, 173, 176, 219, 222, 225

Repentista 204, 205, 206, 214, 216

Representações 37, 38, 44, 54, 78, 80, 112, 154, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 173, 174,

175, 177, 182, 185, 204, 219, 229, 276, 278, 280

Retratos Fotográficos 37, 38, 39, 43, 44

S

Sala de Aula 1, 2, 3, 7, 10, 12, 14, 15, 31, 205

Saúde 1, 7, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 100, 107, 147, 156, 158, 159, 161, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 203, 211, 284

Sexualidade 3, 4, 6, 7, 15, 32, 33, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 76, 78, 81, 83, 84, 91, 92

Sociedade Colonial 45, 52

V

Vida Pública 126, 173, 231

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4